



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 2710/2007

Considerando que a Federação Nacional de Motociclismo é detentora do estatuto de utilidade pública desportiva, conforme despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 9 de Setembro de 1994;

Atendendo que a Federação Nacional de Motociclismo vai organizar um conjunto de provas desportivas em 2007, eventos cujo prestígio e importância cumpre realçar no panorama do desporto motorizado nacional e internacional;

Tendo em conta que o Programa do XVII Governo da República, quanto à dimensão internacional do desporto português, refere expressamente como prioridade o apoio à organização de grandes eventos desportivos;

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 14/2006, de 20 de Janeiro, reconheço como sendo provas desportivas de prestígio internacional os seguintes eventos:

- Grande Prémio de Velocidade (Moto GP), que se irá disputar nos próximos dias 13, 14 e 15 de Setembro, no Autódromo Fernanda Pires da Silva;
- Grande Prémio de Motocross, que se irá disputar nos próximos dias 21 e 22 de Abril, em Agueda;
- Grande Prémio de Enduro, que se irá disputar nos próximos dias 5 e 6 de Maio, em Marco de Canaveses.

29 de Janeiro de 2007. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Gabinete do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

Despacho n.º 2711/2007

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º e no n.º 3 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero o licenciado em Engenharia Civil José Nuno Macedo de Guimarães das funções de especialista que vem exercendo no meu Gabinete.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir do dia 31 de Janeiro de 2007.

3 — É-me grato prestar público louvor pela dedicação, competência profissional, sentido de responsabilidade e empenho com que o licenciado José Nuno Macedo de Guimarães desempenhou as suas funções.

22 de Janeiro de 2007. — O Alto-Comissário, *Rui Manuel Pereira Marques*.

Despacho n.º 2712/2007

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a licenciada Maria Teresa Santana Gaspar Vinagre das funções de secretária pessoal que vem exercendo no meu Gabinete.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir do dia 31 de Janeiro de 2007.

3 — É-me grato prestar público louvor pela dedicação, competência profissional, sentido de responsabilidade e empenho com que a licenciada Maria Teresa Santana Gaspar Vinagre desempenhou as suas funções.

22 de Janeiro de 2007. — O Alto-Comissário, *Rui Manuel Pereira Marques*.

Despacho n.º 2713/2007

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a licenciada Ana Isabel Moreira da Cunha das funções de conselheira técnica que vem exercendo no meu Gabinete.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir do dia 31 de Janeiro de 2007.

26 de Janeiro de 2007. — O Alto-Comissário, *Rui Manuel Pereira Marques*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2714/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Elísio Fernando Borges Maia para prestar colaboração no meu Gabinete, no âmbito da sua especialidade.

O nomeado auferirá uma remuneração equivalente à de adjunto de gabinete, incluindo despesas de representação e subsídios de férias, de Natal e de refeição.

O presente despacho produz efeitos desde 15 de Janeiro de 2007.

30 de Janeiro de 2007. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Gabinete do Subsecretário de Estado da Administração Interna

Portaria n.º 209/2007

Nos termos do disposto no artigo 158.º, n.º 2, do Código Civil e no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 10 493/2005 (2.ª série), de 24 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, manda o Governo, pelo Subsecretário de Estado da Administração Interna, reconhecer a Fundação Átrio da Música.

19 de Janeiro de 2007. — O Subsecretário de Estado da Administração Interna, *Fernando António Portela Rocha de Andrade*.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 2715/2007

Alfredo Emílio Alves Pinheiro, assistente administrativo principal, n.º 1776, funcionário público do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, a exercer funções na Delegação de Viação de Braga, com a última residência conhecida em Entre-Devesas, Vieira do Minho, é citado, nos termos do n.º 2 do artigo 59.º do Estatuto Disciplinar, para, no prazo de 30 dias contados da data da publicação deste aviso, apresentar, querendo, a sua defesa escrita no processo disciplinar que lhe foi instaurado pelo director-geral de Viação. O processo disciplinar encontra-se depositado nas instalações da Direcção-Geral de Viação de Braga, onde o ora arguido ou o seu advogado poderão, querendo, consultá-lo nas horas normais de expediente (das 9 às 17 horas) até à data limite para a apresentação da defesa escrita, podendo ser solicitada a confiança da certidão do processo, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 61.º e no artigo 62.º do Estatuto Disciplinar.

5 de Janeiro de 2007. — O Instrutor do Processo, *António José Cardoso Caldas*.

Despacho n.º 2716/2007

Verificando-se que o despacho n.º 26 348/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 249, de 29 de Dezembro de 2006, contém, no n.º 2, uma inexactidão no que se refere às raquetas de sinalização, determino que o n.º 2 do despacho n.º 26 348/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 249, de 29 de Dezembro de 2006, passe a ter a seguinte redacção:

«2 — As raquetas de sinalização a que se referem as disposições mencionadas no número anterior devem respeitar as características das raquetas de sinalização estabelecidas no Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar

n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos Regulamentares n.ºs 41/2002, de 20 de Agosto, e 13/2003, de 26 de Junho, sendo ambas as faces de cor vermelha.»

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Janeiro de 2007. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 2717/2007

Por despacho de 29 de Dezembro de 2006 da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos, proferido no uso da competência delegada pelo despacho n.º 17 085/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso de acesso limitado, na categoria de técnico superior principal, com efeitos a 29 de Dezembro de 2006, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, os técnicos superiores de 1.ª classe abaixo designados, ficando posicionados no escalão 1, índice 510, da tabela salarial para a Administração Pública:

1.º classificado — Vítor Manuel Freitas Vieira.

2.º classificado — Firmo Carpinteiro Ferreira.

3.º classificado — António José Barreira de Oliveira.

9 de Janeiro de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Despacho (extracto) n.º 2718/2007

Por despacho de 3 de Janeiro de 2007 da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos, proferido no uso de competência delegada, é promovido ao posto de agente principal, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 4 de Janeiro de 2006, ficando posicionado no escalão 1, índice 170, da tabela salarial em vigor para a PSP, o agente M/146561, Ricardo Manuel Marques Dores, do CM de Lisboa.

8 de Janeiro de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Despacho (extracto) n.º 2719/2007

Por despacho de 24 de Janeiro de 2007 da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos, proferido no uso da competência delegada, são promovidos ao posto de agente principal os agentes M/138279, Fernando Jorge Cerqueira Machado, do CM de Lisboa, e M/145676, Pedro Miguel Conceição Reis, do CP de Faro, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 4 de Janeiro de 2006, ficando posicionados no escalão 1, índice 170, da tabela salarial em vigor para a PSP.

30 de Janeiro de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Rectificação n.º 216/2007

Pela presente rectifica-se o n.º 2, alínea o), do despacho n.º 16 304/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 10 de Agosto de 2006, pelo que onde se lê «subintendente Joaquim José da Silva Nunes Simões» deve ler-se «subintendente Joaquim José da Silva Nunes Simão».

9 de Janeiro de 2007. — O Director do Departamento, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 3364/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 2 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Cremilde de Assunção Bucansil Ferreira Cabral, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de naciona-

lidade guineense, nascida em 7 de Abril de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3365/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 2 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manoel Pereira Bernardes, natural de Belo Horizonte, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 21 de Abril de 1955, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3366/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 2 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel da Trindade do Rosário Sousa, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 24 de Maio de 1948, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3367/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 2 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Cátia Sofia Lopes Semedo, natural do Barreiro, República Portuguesa, de nacionalidade angolana, nascida em 13 de Fevereiro de 1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3368/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gulamo Hussene Mussa Alibhai, natural de Nacala-Velha, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascido em 14 de Setembro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3369/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria da Conceição, natural de Guadalupe, República de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 31 de Agosto de 1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

24 de Janeiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.